



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 34ª (TRIGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 07 (*sete*) dias do mês de dezembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 34ª (*trigésima quarta*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, Maria de Lourdes de Albuquerque Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi anunciado que estavam disponibilizadas para apreciação e aprovação no webdrive da Sefaz, as resoluções e despachos referentes aos seguintes processos: 1/1084/18 – Relator: Cláudio Célio de Araújo Lopes; 1/3695/16, 1/1796/17, 1/2683/17, 1/815/18, 1/833/18, 1/836/18, 2241/18, 1/3055/18 – Relator: José Alexandre Goiana de Andrade; 1/1156/18, 1/3081/18 – Relator: Carlos Raimundo Rebouças Gondim; 1/996/17, 1/488/17, 1/1057/17, 1/388/19, 1/2687/17, 1/5391/17, 1/2220/18, 1/693/16, 1/6227/17 – Relator: Henrique José Leal Jereissati; 1/2479/18 – Relatora: Jucileide Maria Silva Nogueira; 1/872/18, 1/3701/17, 1/3705/17, 4785/17 – Relator: Leilson Oliveira Cunha; 1/307/18 – Relatora: Maria de Lourdes Albuquerque de Andrade; 1/6349/17, 1/666/18, 1/2093/18 – Relator: Rafael Pereira de Souza; 1/1154/18, 1/3052/18 – Relator: Wander Araújo de Magalhães Uchôa. Passando à **ORDEM DIA**, foram apreciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/5230/2018 – Auto de Infração: 1/201811879. Recorrente: VICUNHA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHÔA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões: **1. Com relação à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de incompetência da autoridade designante da ação fiscal** – Foi afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o orientador da Célula de Gestão Fiscal dos Setores Econômicos – CESEC tem plena competência para designar servidor para desenvolver ação fiscal, conforme art. 821, § 5º, inciso I do Decreto nº 24.569/97, combinado como art. 3º, § 2º, inciso I, alínea “b”, da Instrução Normativa nº 49/2011. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de erro da metodologia utilizada e ausência de motivação do ato administrativo** – Foi afastada, por unanimidade de votos, uma vez que observou todas as formalidades legais e amparou a ação fiscal num levantamento realizado através do SLE, método previsto na legislação vigente, que permite a demonstração do ilícito denunciado, constituindo-se

num elemento de prova. **3. Quanto a alegação de retroatividade maligna** – Foi afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que à época da ação fiscal, já existia penalidade prevista no art. 123, III, “a” da Lei nº 12.670/96, e a redação dada pela Lei nº 16.258/2017 manteve o mesmo percentual de multa sobre as operações de entradas omitidas. **4. Com relação ao pedido de perícia** – Foi afastado, por unanimidade de votos, considerando que as provas produzidas e anexadas aos autos são suficientes para o deslinde da questão. **5. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. José Erinaldo Dantas Filho. Também presentes, para acompanhar o julgamento, o Dr. Leonardo Amaral, Dr. Renato Gaspar e Dra. Lais Sideaux Peixoto, representantes da empresa. **Processo de Recurso nº 1/5229/2018 – Auto de Infração: 1/201811945. Recorrente: VICUNHA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA DE LOURDES ALBUQUERQUE DE ANDRADE. Decisão:** O Presidente da Câmara, Dr. Francisco José de Oliveira Silva, atendendo a solicitação do advogado da parte, Dr. José Erinaldo Dantas Filho, **sobrestou** o julgamento do processo em epígrafe. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. José Erinaldo Dantas Filho. Também presentes, para acompanhar o julgamento, o Dr. Leonardo Amaral, Dr. Renato Gaspar e Dra. Lais Sideaux Peixoto, representantes da empresa. **Processo de Recurso nº 1/5235/2018 – Auto de Infração: 1/201811864. Recorrente: VICUNHA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVEIRA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões: **1. Com relação à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de incompetência da autoridade designante da ação fiscal** – Foi afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o orientador da Célula de Gestão Fiscal dos Setores Econômicos – CESEC tem plena competência para designar servidor para desenvolver ação fiscal, conforme art. 821, § 5º, inciso I do Decreto nº 24.569/97, combinado como art. 3º, § 2º, inciso I, alínea “b”, da Instrução Normativa nº 49/2011. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de erro da metodologia utilizada e ausência de motivação do ato administrativo** – Foi afastada, por unanimidade de votos, uma vez que observou todas as formalidades legais e amparou a ação fiscal num levantamento realizado através do SLE, método previsto na legislação vigente, que permite a demonstração do ilícito denunciado, constituindo-se num elemento de prova. **3. Com relação ao pedido de perícia** – Foi afastado, por unanimidade de votos, considerando que as provas produzidas e anexadas aos autos são suficientes para o deslinde da questão. **4. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. José Erinaldo Dantas Filho. Também presentes, para acompanhar o julgamento, O dr. Leonardo Amaral, Dr. Renato Gaspar e Dra. Lais Sideaux Peixoto, representantes da empresa. **Processo de Recurso nº 1/2426/2018 – Auto de Infração: 1/201803567. Recorrente: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDRO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando tratar-se de matéria constitucional, sendo o presente órgão incompetente para sua análise, nos termos do art. 48 da Lei nº 15.614/2014,

ressalvadas as hipóteses ali previstas. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 08 de dezembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA